

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS****Estado de São Paulo****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****DECRETO Nº 7.552, DE 22 DE MARÇO DE 2022**

Regulamenta concessão de Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores Públicos do Município de Ourinhos e dá outras providências.

LUCAS POCAY ALVES DA SILVA, Prefeita Municipal de Ourinhos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 111 ao 116 da Lei Complementar nº 474, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos;

DECRETA:**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. O servidor deverá requerer na Gerência de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho a concessão de licença para tratamento de saúde no prazo de 48 horas a contar da data do primeiro dia do atestado médico.

Parágrafo único. O atestado médico de acordo com a Resolução nº. 1851/2008 do Conselho Federal de Medicina deverá observar os seguintes procedimentos:

I – diagnóstico;

II – os resultados dos exames complementares;

III – a conduta terapêutica;

IV – o prognóstico;

V – as consequências à saúde do paciente;

VI – o provável tempo de repouso estimado necessário para a sua recuperação, que complementará o parecer fundamentado do médico perito, a quem cabe legalmente a decisão do benefício previdenciário, tais como: aposentadoria, invalidez definitiva, readaptação;

VII – registrar os dados de maneira legível;

VIII – identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina.

CAPÍTULO II – DA PERICIA

Art. 2º. A perícia médica será realizada em atestados com prazo superior a 3 (três) dias e terá decisão registrada no prontuário médico do servidor.

Art. 3º. Caberá a COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, decidir a concessão da licença, observados os critérios multidisciplinares que envolvem os afastamentos, quando solicitada avaliação pelo médico perito, que terá sua decisão, providências e encaminhamentos registrados no prontuário médico do servidor.

Art. 4º. A COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, poderá, a critério e da justificativa, conceder a licença em caso de atestados entregues fora do período determinado no art. 1º.

Parágrafo único. A COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, será designada por ato do Prefeito Municipal, formada por:

- a) Médico Perito;
- b) Médico do Trabalho;
- c) Psicólogo;
- d) Assistente Social;
- e) Enfermeiro;
- f) Gerente de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho;
- g) Servidor da Secretaria Municipal de Administração;
- h) Servidor lotado em qualquer Secretaria Municipal.

Art. 5º. A solicitação será preenchida em 4 (quatro) vias e será assinada pelo médico perito e pela COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, que enviará uma via à Gerência de Recursos Humanos para fins de registro no sistema e entregará uma via ao servidor, para que tome ciência da decisão da COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da perícia.

Art. 6º. Caberá a COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, conceder abono em atestados com período inferior a 3 (três) dias.

Parágrafo único. A COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia, poderá a qualquer tempo solicitar esclarecimentos, laudos, receitas e encaminhamentos a fim de fundamentar suas decisões e procedimentos e terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da entrega dos documentos para comunicar sua decisão.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. O servidor poderá impetrar recurso administrativo contra a decisão da perícia a qualquer tempo o qual será avaliado pela COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia.

Art. 8º. A COMAP – Comissão Multidisciplinar de Assuntos de Perícia poderá solicitar a presença do servidor, assim como exames, receituários médicos e laudos complementares, a fim de fundamentar sua decisão.

Art. 9º. Revoga-se o Decreto nº 7.225, de 30 de janeiro de 2020.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a conta de 01 de março de 2022.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 22 de março de 2022.

LUCAS POCAV ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

JOAQUIM LUIS VASSOLER
Secretário Municipal de Administração

ANEXO – I

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

I - Identificação do Servidor

Nome: _____ Matrícula: _____
Cargo: _____ Secretaria: _____ Fone: (____) _____
() CLT () Estatutário estável () Estatutário em estágio probatório

II - Requerimento do servidor

Pelo presente, venho solicitar concessão de licença para tratamento de saúde, nos termos do requerimento, pelo período de _____ dias, a contar do dia ____/____/____,

() manhã-horas _____ () tarde-horas _____

Documentos anexos:

- () atestado médico; CID: _____
() receita médica;
() laudos de exames;
() encaminhamentos;
() outros _____

Declaro para todos os fins que as informações acima são verdadeiras e que estou ciente das normas e prazos que regulamentam a concessão do benefício.

Data da Entrega do Atestado ____/____/____ Data da Perícia Médica ____/____/____

Nome do Servidor Responsável

Assinatura do Servidor

III - Concessão do benefício:

A avaliação pericial constatou:

- () não existe incapacidade para o trabalho;
() existe incapacidade para o trabalho no período de ____/____/____ a ____/____/____;
(...) existe incapacidade para o trabalho no período de ____/____/____ a ____/____/____, sendo necessário nova reavaliação na data de ____/____/____;
() existe incapacidade definitiva para o trabalho.

Ourinhos, ____ de _____ de 20____.

Assinatura e Carimbo do Médico Perito

COMAP – Comissão Multidisciplinar
de Assuntos de Perícia

Assinatura e Ciência do Servidor

Ourinhos, 22 de março de 2022.

LUCAS POÇAY ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal